

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá + **1,00 (um ponto positivo)**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá - **1,00 (um ponto negativo)**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14.

1 O cuidado com o meio ambiente é um desafio
a ser abraçado por todos os setores produtivos da
sociedade e é impossível conceber a ideia de proteção
4 ambiental sem considerar absoluta a prioridade à
sobrevivência humana e à perpetuação do ser humano
no Planeta.

7 Por esse enfoque, engenharia e atenção ao
meio ambiente são atividades intimamente relacionadas:
enquanto a primeira se utiliza de recursos naturais
10 para promover o aumento da qualidade de vida do ser
humano, a segunda busca a preservação desses mesmos
recursos naturais com vistas a permitir a perpetuação
13 desses recursos e da própria vida humana. Em última
análise, ambas protegem o ser humano e garantem
sua qualidade de vida na Terra de forma sustentável
16 e permanente.

Hoje já se sabe que a corrida pelo
desenvolvimento desenfreado e sem planejamento
19 implica a perda da qualidade de vida almejada por todos,
ao gerar poluição atmosférica, ruído, contaminação
do solo, rios, mares, entre outros impactos ambientais
22 que afetam profundamente a sociedade. A luta pela
sustentabilidade no Planeta tem, portanto, um enorme
desafio no século 21: o enfrentamento da mudança
25 climática global, que exigirá muita engenharia, tanto
na melhoria das infraestruturas quanto nas ações de
controle ambiental. Todos os setores da economia
28 dependem, em maior ou menor grau de profundidade,
da engenharia e a ideia de sustentabilidade, que envolve
fundamentalmente a defesa do meio ambiente, deve,
31 obrigatoriamente, permear todas as atividades humanas
e sociais, de forma transversal.

O foco principal desse esforço é contribuir com
34 o desenvolvimento nacional sustentável. O Brasil tem,
atualmente, uma enorme necessidade de obras de
infraestrutura que permitam o crescimento nacional. É
37 necessário ampliar e modernizar os sistemas portuário,
aeroportuário, ferroviário, hidroviário e rodoviário, além
dos sistemas de armazenagem de produtos agrícolas, de
40 modo a torná-los mais eficientes. Entretanto, essas obras
não podem ser feitas a qualquer custo, sobrecarregando
ou delegando para segundo plano o equilíbrio do
43 meio ambiente.

Internet: <Institutedeengenharia.org.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e às suas ideias, julgue os itens
de 1 a 3.

- 1 No texto, que se caracteriza como dissertativo-argumentativo, o autor defende uma engenharia voltada para o desenvolvimento nacional sustentável.
- 2 A partir da leitura do primeiro parágrafo do texto, é correto inferir que o cuidado com o meio ambiente ainda não é uma realidade em todos os setores produtivos da sociedade.
- 3 De acordo com o texto, a ideia de proteção ambiental deve estar, primordialmente, relacionada à sobrevivência da espécie humana e de sua perpetuação no Planeta.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens de 4 a 14.

- 4 Estariam mantidos os sentidos do texto e sua correção gramatical caso a forma verbal “considerar” (linha 4) fosse substituída pelo segmento **que se considere**.
- 5 Na linha 4 do texto, o termo “absoluta”, que é classificado gramaticalmente como adjetivo, está sendo empregado como atributo de prioridade.
- 6 Considerando a forma de estruturação do segundo parágrafo do texto, é correto afirmar que o vocábulo “ambas” (linha 14) retoma, por coesão, os termos “preservação” e “perpetuação”.
- 7 No trecho “permitir a perpetuação” (linha 12), o emprego do acento indicativo de crase no “a” que antecede o vocábulo “perpetuação” é facultativo, dado o contexto sintático em questão.

- 8 Estaria mantida a relação de sentido estabelecida entre os dois primeiros períodos do terceiro parágrafo do texto, caso o vocábulo “portanto” (linha 23) fosse substituído por **pois**.
- 9 Estariam mantidas a correção gramatical e a clareza das ideias do texto, caso o trecho “no século 21” (linha 24) fosse reescrito como **nesse século**.
- 10 A supressão das vírgulas que isolam a oração introduzida pelo vocábulo “que” (linhas 29 e 30) manteria a correção gramatical do texto, mas o sentido atribuído, no período, à “ideia de sustentabilidade” seria alterado.
- 11 Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência textual, caso o segundo período do último parágrafo fosse, assim, reescrito: **No Brasil atual, há enorme carência de obras de infraestrutura impõem que se favoreça o crescimento nacional**.
- 12 No início do terceiro parágrafo do texto, o vocábulo “se” (linha 17) tem sentido reflexivo.
- 13 No segmento “Todos os setores da economia” (linha 27), a supressão do vocábulo “os” manteria a correção gramatical do texto, mas alteraria o sentido da expressão “setores da economia”, que adquiriria sentido genérico no período.
- 14 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto, se o termo “obrigatoriamente” (linha 31) fosse deslocado, com as vírgulas que o isolam, para imediatamente depois da palavra “forma” (linha 32).

Considerando a correção gramatical do trecho apresentado e a adequação da linguagem à correspondência oficial, julgue o item **15**.

- 15 Esclareço que, em minha opinião pessoal, não há razão para o acolhimento da reclamação ora apresentada a esta Comissão de Ética, recomendando-se, portanto, o arquivamento do processo.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos de *hardware*, do programa Microsoft Excel 2013 e do sistema operacional Windows 8, julgue os itens de **16 a 20**.

- 16 O HDD (*Hard Disk Drive*) é o dispositivo interno do computador que tem como função armazenar somente os programas que são executados em segundo plano, já que os dados são armazenados na memória ROM.
- 17 A placa de rede permite a conexão do computador a uma rede, seja ela por cabo ou sem fio.
- 18 No Excel 2013, a função ÍNDICE é utilizada, geralmente, para contar o número de células preenchidas em uma coluna específica.
- 19 A função PROCV, no Excel 2013, é utilizada, exclusivamente, para somar valores de uma coluna.
- 20 O visualizador nativo de fotos do Windows 8 é considerado um recurso simples de ser utilizado pelos usuários desse sistema operacional.

Quanto ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, aos conceitos de arquivos e às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais, julgue os itens de **21 a 25**.

- 21 O Google Chrome permite que o usuário navegue na Internet alternando entre janelas anônimas e normais.
- 22 O Google Chrome aceita que o usuário possa realizar determinadas ações sobre os *cookies*, como, por exemplo, permiti-los e removê-los.
- 23 Um arquivo é caracterizado, além de seu conteúdo, por seus atributos ou metadados.
- 24 *Ransomware* é o tipo de praga virtual que se resume em publicar anúncios maliciosos que distribuem *malware* ao explorar vulnerabilidades em navegadores ou *plugins*, quando um usuário clica neles.
- 25 *Keylogger* é uma praga virtual definida como uma rede de computadores infectados, controlados remotamente por um atacante para realizar atividades maliciosas.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando a Lei n.º 6.496/1977, que trata da instituição da anotação de responsabilidade técnica (ART) na prestação de serviços de engenharia, que regula a mútua de assistência profissional e que dá outras providências, julgue os itens de **26 a 35**.

- 26** Os contratos verbais para a execução de obras ou serviços profissionais referentes à engenharia, à arquitetura e à agronomia não exigem ART.
- 27** A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa a sanções éticas, mas não autoriza a aplicação de multas.
- 28** A mútua, vinculada diretamente ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), tem personalidade jurídica e patrimônio próprios, sede em Brasília e representações junto aos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CREAs).
- 29** O Regimento da mútua determinará as modalidades da indicação e as funções de cada membro da diretoria executiva, bem como o modo de substituição, em seus impedimentos e faltas, cabendo aos CREAs a indicação do diretor-presidente e cabendo aos outros diretores a escolha, entre si, dos ocupantes das demais funções.
- 30** Os mandatos da diretoria executiva da mútua terão duração de cinco anos, sendo gratuito o exercício das funções correspondentes.
- 31** O patrimônio da mútua será aplicado em títulos do governo federal e dos governos estaduais ou por eles garantidos, em carteiras de poupança, garantidas pelo Banco Nacional da Habitação, em obrigações do Tesouro Nacional, em imóveis e em outras aplicações facultadas por lei, para órgãos da mesma natureza.
- 32** A inscrição na mútua é pessoal e independente de inscrição profissional e os benefícios só poderão ser pagos após decorrido um ano do pagamento da primeira contribuição.
- 33** Qualquer irregularidade na arrecadação, na concessão de benefícios ou no funcionamento da mútua ensejará a intervenção do CONFEA, para restabelecer a normalidade, ou do ministro do Trabalho, quando se fizer necessária.
- 34** O CONFEA e os CREAs responderão, na proporção de sua culpa e responsabilidade, pelo déficit ou pela dívida da mútua, na hipótese de sua insolvência.
- 35** De toda e qualquer decisão do CONFEA referente à organização, administração e fiscalização da mútua caberá recurso, com efeito suspensivo, ao ministro do Trabalho.

Conforme a Lei n.º 5.194/1966, julgue os itens de **36 a 45**, acerca da regulação do exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo.

- 36** No Brasil, o exercício da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro agrônomo é assegurado, exclusivamente, àqueles que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficial ou reconhecida, em funcionamento no território nacional.

- 37** Só poderá ter, em sua denominação, as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.
- 38** Os Conselhos Regionais organizarão e manterão atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação de suas características.
- 39** Os estudos, as plantas, os projetos, os laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico, quando seus autores forem profissionais regularmente habilitados.
- 40** São anuláveis, mediante iniciativa do Conselho Federal, os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, da arquitetura ou da agronomia, inclusive elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade.
- 41** Os direitos de autoria de um plano ou projeto de engenharia, arquitetura ou agronomia, respeitadas as relações contratuais expressas entre o autor e outros interessados, são do profissional que os elaborar.
- 42** Quando a concepção geral que caracteriza um plano, ou projeto, for elaborada em conjunto por profissionais legalmente habilitados, apenas aquele indicado como líder será considerado o autor do projeto, com os direitos e os deveres correspondentes.
- 43** Ao autor do projeto, desde que pessoalmente e sem a intermediação de prepostos, é assegurado o direito de acompanhar a execução da obra, de modo a garantir sua realização de acordo com as condições, as especificações e os demais pormenores técnicos nele estabelecidos.
- 44** Os CREAs são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.
- 45** Aos Conselhos Regionais é vedado destinar parte de sua renda líquida, proveniente da arrecadação das multas, a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo.

Com base na Resolução CONFEA n.º 1.090/2017, julgue os itens de **46 a 55**, a respeito do cancelamento de registro profissional por má conduta pública, escândalo ou crime infamante.

- 46** Considera-se má conduta pública a atuação incorreta, irregular, que atente contra as normas legais ou que fira a moral quando do exercício profissional.
- 47** É tido como escândalo aquilo que, quando fora do exercício profissional, perturbe a sensibilidade do homem comum pelo desprezo às convenções ou à moral vigente ou que cause indignação provocada por mau exemplo, por má conduta pública ou por ação vergonhosa, leviana, indecente ou que constitua acontecimento imoral ou revoltante que abale a opinião pública.

- 48** Crime infamante é aquele que acarreta desonra, indignidade e infâmia a seu autor ou que esteja definido na legislação penal como hediondo.
- 49** O uso das prerrogativas de cargo, emprego ou função pública ou privada para obter vantagens indevidas para si ou para outrem, embora constitua ilícito penal, não é considerado situação passível de cancelamento do registro profissional.
- 50** O enquadramento de infração por crime considerado infamante dependerá da apresentação da decisão criminal transitada em julgado.
- 51** O processo de cancelamento de registro profissional será instaurado pelo Ministério Público, a partir de denúncia ou por iniciativa própria e será conduzido em caráter prioritário.
- 52** O profissional que tiver seu registro cancelado por má conduta pública, escândalo ou crime infamante poderá requerer sua reabilitação, mediante novo registro, decorridos, no mínimo, dez anos da data do trânsito em julgado da decisão administrativa que ensejou seu cancelamento.
- 53** O profissional que tiver concedida sua solicitação de reabilitação receberá novo registro, com nova numeração, devendo o acervo técnico constante de seu registro anterior ser transferido para o novo registro.
- 54** Rejeitada a documentação comprobatória da reabilitação do profissional, o requerimento será arquivado.
- 55** Após um ano da data do trânsito em julgado da decisão que indeferiu sua reabilitação profissional, o interessado poderá protocolar novo requerimento para reabilitação.

Com base na Resolução CONFEA n.º 1.137/2023, julgue os itens de **56** a **65**, acerca da ART, do acervo técnico-profissional e do acervo operacional.

- 56** É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, contratante com o objetivo de instruir o processo de emissão de certidão de acervo técnico (CAT) e de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.
- 57** O atestado é a declaração fornecida pelo contratante da obra ou do serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço, sem identificar seus elementos quantitativos e qualitativos.
- 58** As informações acerca da execução da obra ou da prestação de serviço, bem como os dados técnicos qualitativos e quantitativos do atestado, devem ser declaradas por um profissional que possua competência técnica e habilitação nas profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA.
- 59** O atestado que referenciar serviços que foram parcialmente concluídos deve explicitar o período de execução, mas sem indicar as etapas executadas.

- 60** O atestado que referenciar serviços subcontratados ou subempreitados deve estar acompanhado de documentos hábeis que comprovem sua efetiva contratação, sendo dispensável declaração do responsável técnico principal ou dos representantes das partes contratantes da subcontratação ou da subempreitada, da efetiva participação do profissional e(ou) da empresa subcontratada na obra ou no serviço.
- 61** No caso de obra ou de serviços próprios, o atestado deve estar acompanhado de documento público que comprove a conclusão da obra ou do serviço expedido pelo próprio interessado.
- 62** O acervo técnico-profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no CREA por meio de anotações de responsabilidade técnica.
- 63** O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no CREA, por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades.
- 64** A ART relativa à execução de obra ou à prestação de serviço deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes.
- 65** A ART registrada em duplicidade não será cancelada, mas ela deverá ter indicação da multiplicidade de registros.

A respeito dos sistemas de gestão da qualidade, julgue os itens de **66** a **70**.

- 66** O sistema de gestão da qualidade deve gerenciar a interação de processos e recursos necessários para agregar valor e entregar resultados às partes interessadas.
- 67** Na implantação de sistema de gestão de qualidade, devem-se considerar os fatores internos que influenciam a organização, tais como o legal, o tecnológico, o competitivo e o mercadológico.
- 68** Na visão de um sistema de gestão da qualidade, o conceito de partes interessadas deve estender-se além do foco exclusivamente no cliente.
- 69** A aplicação da abordagem por processo em um sistema de gestão da qualidade propicia o entendimento e a consistência no atendimento a requisitos, e não a busca de valor agregado aos produtos e aos serviços ofertados.
- 70** O sistema de gestão da qualidade deve prover os meios para identificar as ações, com a finalidade de tratar as consequências pretendidas ou não na provisão de produtos e serviços.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Quanto à contabilidade geral, julgue os itens de **71 a 82**.

- 71** A representação fidedigna é uma das características qualitativas da informação incluída nos relatórios contábeis de propósito geral, e tem a neutralidade como um dos pilares da representação dos fenômenos ou não, o que significa não influenciar o comportamento dos usuários.
- 72** A restrição custo-benefício implica comparar os benefícios de divulgação das informações com os custos incorridos, para fornecê-la e utilizá-la. Essa avaliação deverá levar em conta em que medida se justifica sacrificar uma ou mais características qualitativas, com o intuito de reduzir o custo.
- 73** O objetivo básico da contabilidade pode ser enunciado como o de prover os diferentes tipos de usuários, com flexibilidade de informações adequadas e oportunas, que lhes deem suporte às decisões de natureza preponderantemente econômica.
- 74** Entre as teorias das contas, a predominante nos dias atuais é a patrimonialista, que as classifica em dois grandes grupos: patrimoniais e de resultado. O primeiro compreende o ativo e o passivo. Já o segundo, o patrimônio líquido, as receitas e as despesas.
- 75** As disposições da lei tributária ou especial que prescrevam ou induzam a utilização de procedimentos diversos aos da legislação mercantil obriga a empresa a valer-se de escrituração auxiliar, fundamentalmente quanto ao registro da despesa para assegurar sua dedutibilidade e quanto à exclusão da receita computada no resultado.
- 76** As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado, independentemente de sua associação com os correspondentes itens das receitas. Desse modo, o reconhecimento da receita pela venda de mercadoria contrapõe-se à múltipla incorrência dos custos correspondentes.
- 77** Um exemplo de um fato permutativo é a incorporação de lucro acumulado ao capital social. Já um exemplo de fato modificativo é a integralização de capital mediante aporte de sócio.
- 78** As contas do passivo, inversamente às do ativo, são dispostas em grau crescente de liquidez e, a exemplo do ativo, serão classificadas no longo prazo, se não constituírem negócios usuais da empresa.
- 79** O reconhecimento da receita pelo cumprimento da obrigação de desempenho dá-se pela transferência do controle de um bem ou serviço ao cliente. Isso pode ocorrer em um ponto no tempo ou ao longo do tempo, mais típico, respectivamente, de um serviço ou de uma mercadoria.
- 80** Os ajustes de exercícios anteriores devem ser evidenciados na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, de modo a não afetarem o resultado normal do exercício corrente.

- 81** Entre as várias abordagens do patrimônio líquido, destaca-se a teoria da entidade, na qual se considera uma vida distinta das atividades e dos interesses pessoais dos proprietários de parcelas de seu capital. Essa teoria baseia-se na equação Ativo - Passivo = Proprietário.
- 82** Suponha-se que, entre as diversas contas a seguir, fosse solicitado o cálculo do patrimônio líquido (valores em R\$ 1.000):
- I capital social: 1.000;
 - II capital a integralizar: 200;
 - III ágio na emissão de ações: 100;
 - IV reavaliação de ativos de controladas: 300;
 - V reserva especial para dividendo obrigatório: 200;
 - VI adiantamento para aumento de capital (autorizado em orçamento público): 300; e
 - VII ações em tesouraria: 100.

Nesse caso, é correto afirmar que o total do patrimônio líquido é de 1.100.

Em relação à auditoria, julgue os itens de **83 a 92**.

- 83** A auditoria interna atua na prevenção de fraudes e erros. No caso de indícios de irregularidades, estes devem ser comunicados, reservadamente, à direção da empresa. Quando se tratar de confirmações de irregularidades, além da comunicação à direção, sempre por escrito, deve ser formulada uma denúncia aos órgãos de controle, para a adoção das providências cabíveis, na órbita legal e administrativa, da natureza pertinente ao objeto da auditoria.
- 84** Os riscos da auditoria interna relacionam-se à possibilidade de não se atingir o objetivo dos trabalhos e envolvem limitações ao alcance dos procedimentos da auditoria, dependendo do volume ou da complexidade das operações e envolvem, também, a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.
- 85** No exercício da auditoria interna, diferentemente da independente, a posição funcional, hierárquica, de subordinação sobrepõe-se à autonomia profissional.
- 86** O requisito da independência na aparência refere-se à ausência de circunstâncias que levariam a duvidar razoavelmente da integridade, da objetividade ou do ceticismo profissional do auditor, ou que levariam a concluir que esses requisitos foram comprometidos.
- 87** Como indicativos e indicadores de gestão, a eficiência é uma medida da relação entre os custos estimados para o alcance de determinada meta e os resultados efetivamente obtidos e, além disso, compara os recursos disponíveis e os resultados possíveis.
- 88** Há casos em que não se recomenda a utilização de amostragem, dentre os quais: quando a população e a sua amostra são muito grandes; quando as características da população são de difícil mensuração e a população seja pequena; e quando não há necessidade de alta precisão.

- 89** O exame físico é um procedimento utilizado para as contas do ativo e consiste na verificação *in loco* de determinado item e ele inclui a condição de uso e de conservação do bem e, conseqüentemente, se é condizente com a sua finalidade.
- 90** O Sistema de Controle Interno adota providência similar ao entendimento do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na emissão de parecer com abstenção de opinião, quando o auditor não obtém comprovação suficiente para fundamentá-la. O exame fica sobrestado, com prazo para cumprimento da diligência determinada.
- 91** Os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor e, quando solicitados por terceiros, somente podem ser disponibilizados após a autorização formal da entidade auditada.
- 92** Pelo procedimento da observação das atividades e das condições, é possível verificar, por meio de testes flagrantes, se as instruções formais para a execução das tarefas estão em consonância com as condições nas quais essas tarefas são efetivamente realizadas.

A respeito da administração orçamentária e financeira, julgue os itens de **93 a 104**.

- 93** Em caso de relevância e urgência, o presidente da República poderá editar medida provisória sobre créditos especiais e extraordinários.
- 94** Ao defenderem a redução dos percentuais de destinações obrigatórias à saúde e à educação, certas correntes pretendem evitar sobras e desperdício de recursos, que poderiam resultar em reforço às finalidades próprias das respectivas ações.
- 95** Não há sanção específica para o atraso na devolução do projeto de lei orçamentária pelo parlamento. Por essa razão, sucessivas LDOs têm autorizado a execução de $\frac{1}{12}$ das despesas de capital de projetos em andamento e de despesas correntes de caráter inadiável constantes da proposta, até a publicação da respectiva LOA.
- 96** As etapas da receita orçamentária são sequenciais, mas nem todas ocorrem para todos os tipos de receitas. Há, por exemplo, receitas arrecadadas que não foram previstas e, portanto, nem objeto de programação. Outras não são sequer lançadas, como no caso de doações recebidas em espécie.
- 97** As despesas orçamentárias de capital mantêm uma correlação com o registro de incorporação de ativo ou de desincorporação de passivo, mas leva em consideração aspectos econômicos. Assim, as despesas com a construção de casas populares a serem doadas constituem despesas correntes.

- 98** A descentralização orçamentária a outro ente da Federação é efetuada como uma transferência voluntária, seguindo os estágios da despesa na unidade descentralizadora do crédito e correspondente inclusão na receita e na despesa do ente recebedor dos recursos.
- 99** O risco da sustentabilidade da dívida pública brasileira é considerado moderado, por vários fatores, que mitigam os riscos de refinanciamento: a acentuada base doméstica de investidores; a pequena proporção da dívida em moeda estrangeira; a magnitude da reserva de liquidez; e a quantidade substancial de títulos da dívida do Tesouro Nacional de posse do Banco Central.
- 100** Consideram-se como despesas de exercícios anteriores aquelas que deveriam ter sido inscritas como Restos a Pagar, mas não foram registradas por falta de recursos suficientes.
- 101** Somente se admitirão emendas ao projeto de lei orçamentária, no caso de obra a ser iniciada, cujo projeto esteja aprovado pelos órgãos competentes e, para a instalação ou o funcionamento de serviço, se ele já tiver sido criado.
- 102** A redução ou o cancelamento no exercício financeiro, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará sua anulação parcial ou total, liberando-se a importância correspondente para a reprogramação, que, entretanto, dependerá de nova deliberação legislativa.
- 103** As despesas com pessoal do DF, custeadas pela União, por meio do Fundo Constitucional, não são computadas para efeito dos limites sobre a receita corrente líquida.
- 104** Os atos caracterizados como de improbidade, mesmo se praticados contra o patrimônio de entidade privada, desde que ela receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício de entes públicos ou governamentais, também estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa.

Considerando o direito administrativo, julgue os itens de **105 a 112**.

- 105** A organização político-administrativa brasileira compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos independentes. Já os Poderes da União são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, e todos eles constituem-se autônomos.
- 106** Suponha-se que um dirigente público nomeou um parente para um cargo de livre provimento no serviço público, a pretexto da absoluta confiança requerida para a função. Por se tratar de uma área sensível, a publicação omitiu a identidade do servidor. Nesse caso, com base nos cinco princípios básicos da administração, é correto afirmar que, seguramente, o ato feriu a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

- 107** Uma sociedade cujo controle acionário tenha sido adquirido por uma sociedade de economia mista é considerada como integrante da administração indireta.
- 108** É vedado à Administração remover ou redistribuir de ofício servidor investido em mandato eletivo ou classista para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
- 109** O poder de polícia, como atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, requer desempenho pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- 110** Nas concessões de serviços públicos, uma das prerrogativas do Poder Público é o poder de intervenção, que tem caráter punitivo, como decorrência natural dos poderes normais de fiscalização, sem prazo para conclusão.
- 111** A autorização de serviço público é ato precário e, sendo, em regra, outorgada sem prazo determinado, pode ser revogada a qualquer tempo, sem direito à indenização.
- 112** A responsabilidade do Estado é a obrigação dos entes estatais de reparar os danos que seus agentes causarem no exercício da função pública. Ela pode ser: objetiva, quando basta demonstrar o dano provocado pelo agente do Estado e o nexa causal; ou subjetiva, quando os atos praticados pelos agentes públicos resultam em prejuízos ou danos a terceiros, mesmo sem culpa.

Acerca das noções de Administração Pública, julgue os itens de **113** a **120**.

- 113** Uma organização pode ser concebida como um sistema de recursos com vistas a um conjunto de objetivos. A administração é o processo de tomada de decisões que possibilita às organizações combinarem adequadamente os recursos e os objetivos.
- 114** Uma das funções básicas da estrutura organizacional é minimizar a influência das variações individuais sobre a organização. Em outros termos, isso significa impor estruturas para assegurar que os indivíduos se conformem às exigências da administração.
- 115** A estrutura em rede permite a contratação de funcionários em estilo *home office*. Ela apresenta como vantagens desenvolver uma cultura corporativa com forte comprometimento dos profissionais, maior segurança propiciada pelos processos eletrônicos e maior controle imediato das operações.
- 116** A departamentalização por projetos permite menor mobilidade e flexibilidade que as outras, porém é mais fácil de implementar e minimiza a ocorrência de atritos por questões de jurisdição.

- 117** O modelo predominante nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo federal é o das estruturas singulares. Os órgãos colegiados são integrados por mais de uma autoridade e, neles, a decisão é tomada de forma coletiva. Além disso, seus representantes podem ser originários do setor público, do setor privado ou da sociedade civil.
- 118** O controle da qualidade consiste em avaliar o produto e os serviços de acordo com os padrões definidos por clientes e especialistas. Um tipo de experiência direta é, por exemplo, o dono do restaurante realizar suas refeições no próprio estabelecimento.
- 119** A gestão por processos leva em conta as operações de uma forma integrada. O resultado, então, será uma cadeia vertical de processos, em lugar de uma estrutura horizontal, o que aumenta a eficiência.
- 120** Na acepção de Fayol, o controle é um dos elementos da administração e seu objetivo principal é verificar os desvios do trabalho realizado em relação ao que foi previsto, para redefinir continuamente a programação, ajustando os objetivos e as metas, e redefinindo as prioridades.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de texto definitivo** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de texto definitivo**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

QUESTÃO 1

O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei de Improbidade Administrativa.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Improbidade administrativa

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) atos de improbidade administrativa, caracterização de dolo, patrimônio público e privado;
- b) enriquecimento ilícito; e
- c) atos que causam prejuízo ao erário.

QUESTÃO 2

No planejamento dos trabalhos de auditoria, são adotados indicativos e indicadores para avaliação da gestão, sob vários prismas que confrontem recursos utilizáveis ou utilizados e resultados esperados ou obtidos.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Economicidade, eficiência e eficácia

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) definição de economicidade;
- b) conceituação de eficiência, com apresentação de exemplos com base nos seguintes dados sobre um projeto: valor orçado: R\$ 10; custos incorridos: R\$ 12; meta física esperada: 40 unidades; meta física atingida: 50 unidades, e grau de (mais/menos) eficiência quanto à execução do projeto; e
- c) conceituação de eficácia, com apresentação de exemplos com base nos seguintes dados sobre um projeto: valor orçado: R\$ 10; custos incorridos: R\$ 8; meta física esperada: 40 unidades; meta física atingida: 35 unidades, e grau de (mais/menos) eficiência quanto à execução do projeto.